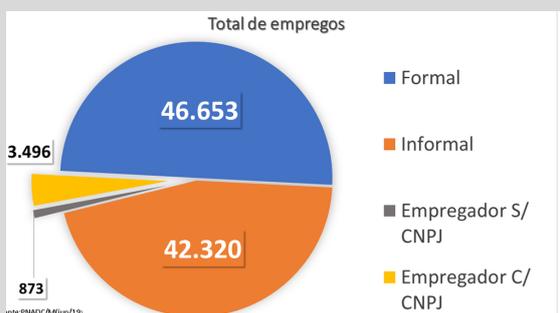


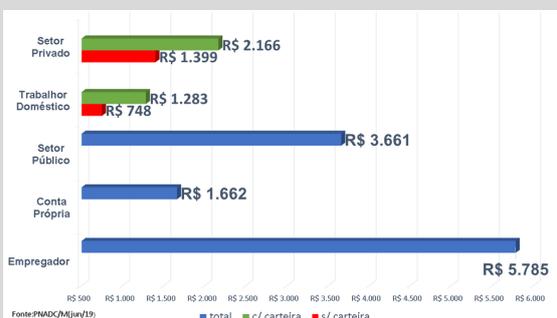
BOLETIM DO EMPREGO

Edição nº 12 - Jul/19

SITUAÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS (EM MILHÕES)

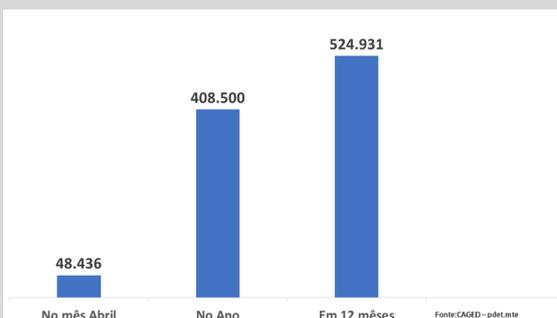


RENDIMENTO MÉDIO



RENDIMENTO MÉDIO DE TODOS OS TRABALHOS: R\$2.290,00

EMPREGOS CRIADOS



TAXA DE DESEMPREGO EM JUNHO: 12,0%

COMPORTAMENTO SETORIAL JUNHO 2019

Como nos meses anteriores de março, abril e maio, os setores de serviços, agropecuária e construção civil foram os que apresentaram maiores resultados positivos também em junho: serviços com +23.020 novos postos de trabalho, agropecuária com +22.702 e construção civil com +13.136. A indústria de transformação que em abril/19 teve saldo positivo de +20.479 postos, chega em junho com -10.988 postos, vindo de um saldo negativo de -6.136 postos em maio. Também o comércio apresentou saldo negativo de -3.007 postos de trabalho, resultado menor do que em maio, quando o saldo negativo foi de -11.305 postos de trabalho.

ADMISSÕES E DEMISSÕES NO BRASIL - 2019

SETORES	JUNHO/2019			No Ano (Total)		
	ADMIS.	DESLIG.	SALDO	ADMIS.	DESLIG.	SALDO
Brasil	1.248.106	1.199.670	48.436	8.221.237	7.812.737	408.500
Extrativa Mineral	3.336	2.771	565	20.437	17.256	3.181
Indústria de Transformação	188.616	199.604	-10.988	1.368.702	1.299.416	69.286
Serv Ind de Utilidade Pública	10.152	7.627	2525	44.201	40.861	3.340
Construção Civil	116.381	103.245	13.136	726.932	669.288	57.644
Comércio	295.156	298.163	-3.007	1.907.953	1.996.725	-88.772
Serviços	531.137	508.117	23.020	3.549.531	3.276.747	272.784
Administração Pública	3.750	3.267	483	42.283	26.626	15.657
Agropecuária	99.578	76.876	22.702	561.198	485.818	75.380

Fonte: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI4923/65

ONDE ESTÃO OS EMPREGOS

A imprensa tem publicado artigos dando conta da existência de vagas não preenchidas no mercado de trabalho por falta de profissionais qualificados. O que em si já é preocupante torna-se ainda mais preocupante diante da falta de políticas públicas de educação que sejam minimamente coerentes com as necessidades atuais e sobretudo com o futuro do trabalho.

Com mais de 13 milhões de desocupados e quase metade dos trabalhadores na economia informal, o país anda de costas para a educação, brigando por questões ideológicas e atrasadas como gênero, meninas de cor de rosa, cortando verbas da educação em todos os níveis, da educação básica às universidades, punidas como crianças por mal comportamento(!) - gerando seguidos protestos como os que se viram recentemente, o último no dia 13/8, em todo o país.

Enquanto o Ministério da Educação bate boca sobre costumes e corta verbas sem qualquer estratégia, falta gente para atender o mercado até em áreas tradicionais, como RH, contabilidade e finanças, e em áreas de tecnologia, como engenharia e TI. Para ter uma ideia, a Associação das Empresas de TI e Comunicação aponta que o setor deve gerar 70 mil vagas por ano e a capacidade anual de formação é de 46 mil pessoas.

Políticas Públicas de educação estão no foco do sindicalismo cidadão - precisamos estar presentes neste debate!

FORMAÇÃO PROFISSIONAL, UM IMPERATIVO DO TRABALHO – HOJE E FUTURO

O formato do trabalho futuro ainda está em debate, com algumas indicações apontando para um mundo com grande participação de trabalhadores independentes, que terão que prover seus próprios benefícios, e outros, em menor quantidade, com pessoas altamente especializadas gozando de elevados salários e muitos benefícios nas empresas, por exemplo. Entretanto, uma questão vem sendo considerada indiscutível, qualquer que seja a forma de inserção do trabalho na economia: QUALIFICAÇÃO. E que seja continuada, sempre em dia com os acelerados avanços do conhecimento e da tecnologia no mundo contemporâneo. Antenada com esta tendência a UGT vem buscando parcerias, inclusive internacionais, para o financiamento de desenvolvimento voltado para a qualificação profissional dos sindicalistas de sua base. Uma população que enfrenta, para além das mudanças impostas pelos novos conhecimentos, tecnologias e fragmentação do trabalho, mudanças estruturais profundas na organização e na representação sindical dos trabalhadores atuais, e tem que se preparar para o exercício de representar o trabalhador do futuro, que se desenha disperso, independente e individualista. A Secretaria de Organização e Formação Político Sindical da UGT Nacional em parceria com a AFL/CIO realizará, em 2019, um programa voltado para formação sindical, em dois módulos voltados para o debate e proposições de ampliação da filiação e custeio sindicais.

[Clique aqui](#) para saber mais.

OIT INCLUI O BRASIL NA LISTA DE PAÍSES SUSPEITOS DE VIOLAR CONVENÇÕES

Na edição 2 do Boletim do emprego, noticiamos que o Brasil foi chamado a prestar esclarecimentos junto à Comissão de Aplicação de Normas da OIT na 107ª CIT, realizada em junho/18, após denúncia apresentada em setembro de 2017 pela CSI e CUT, apontando que a Reforma Trabalhista introduzida pela Lei 13.467/17 desrespeitava dispositivos da Convenção 98/49, ratificada pelo Brasil em 1952, que trata do direito de sindicalização e da negociação coletiva. A denúncia apresentada referia-se mais especificamente aos casos previstos na Lei da Reforma Trabalhista permitindo que negociações individuais prevaleçam sobre as coletivas e, ainda, a exclusão de filiação sindical de profissionais autônomos contratados com exclusividade, que ficam assim, sem representação. Agora, em 11 junho de 2019, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) incluiu o Brasil em uma lista de 24 países que serão examinados com prioridade por suspeitas de violar as convenções internacionais do trabalho, após a análise dos peritos internacionais sobre os efeitos da Lei 13467/2017. Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho (ME), um dos articuladores da reforma da Previdência do atual Governo, entende que não foi apresentada prova de violação da Convenção 98/49 e acha que “É lamentável alguns sindicatos trabalharem contra o Brasil”. É sempre importante lembrar que os sindicatos defendem direitos dos trabalhadores, que são os que estão no sistema produtivo contribuindo para o crescimento do Brasil, o que nem sempre pode ser dito de autoridades transitórias em cargos públicos.

REFORMA SINDICAL

Está na pauta do Governo e do Congresso um projeto de reforma sindical. Os trabalhadores por seu lado, têm debatido por longo tempo, coordenado pela CSA/CSI, o que se convencionou chamar de Autorreforma Sindical, que tem como objetivo fortalecer os sindicatos, com ampla participação das bases no caminho da democracia participativa, maior cobertura da diversidade, a inclusão de novos sujeitos – jovens, mulheres, trabalhadores informais, eliminando toda exclusão e discriminação, e, ainda, tratar de práticas sindicais como burocracia, autonomia política, conflitos intersetoriais e outros. Todos esses temas permanecem relevantes, e as propostas de que falam governo e congressistas envolvem questões centrais da organização sindical, como as seguintes:

- Liberdade associativa, quebrando a representação de categorias e a exclusividade de base territorial;
- Representatividade sindical e negociações coletivas;
- Custeio das entidades sindicais;
- Autonomia sindical, com a regulação das relações sindicais por órgão autônomo de empregadores e trabalhadores, sem participação do governo;
- Estrutura da organização sindical.

O movimento sindical está se mobilizando para o debate no Congresso Nacional: a participação dos trabalhadores é essencial!